



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008-2011 - 1ª Etapa

Análise do Cenário Macroeconômico do Distrito Federal

- 2009 -



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Wilson Ferreira de Lima
(Em Exercício)

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
André Clemente Lara de Oliveira

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
José Agmar de Souza

DIRETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
Marco Aurélio Teixeira

- 2009 -



Sumário

Apresentação.....	4
1. O Contexto Nacional.....	5
2. O Contexto Distrital.....	11
3. O Desempenho Fiscal.....	21
4. Conclusão.....	23



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Apresentação

A presente Análise do Cenário Macro-econômico do Distrito Federal, juntamente com o Demonstrativo do Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo, compõe a primeira etapa da avaliação anual do desempenho do Plano Plurianual 2008-2011, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 4.007/2007, alterado pela Lei nº 4.250/2008

Este documento apresenta uma análise da conjuntura macro-econômica, em termos nacionais e locais, a fim de avaliar o comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre o bem estar da população de modo geral.

A primeira seção é dedicada ao contexto nacional, na qual são analisados os fatos e processos que afetaram a atividade econômica do País como um todo, com implicações diretas sobre as conjunturas regionais e locais.

Na segunda seção, aborda-se o contexto distrital, no intuito de esclarecer como as especificidades de sua economia se inserem no contexto macroeconômico e quais as conseqüências negativas e positivas para os atores locais: empresários, trabalhadores e governantes.

A terceira seção trata dos reflexos da conjuntura econômica sobre a gestão fiscal do Governo do Distrito Federal, especialmente quanto aos fatores que afetaram o volume das receitas orçamentárias, a fim de identificar possíveis entraves à consecução dos interesses, objetivos e metas de governo.

ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

1 O CONTEXTO NACIONAL

O ano de 2009 foi inegavelmente marcado pelo esforço de recuperação do nível de atividade econômica, após o impacto da crise financeira internacional que afetou o País a partir do segundo semestre de 2008. Inicialmente subestimada pelas autoridades governamentais e por boa parte da iniciativa privada, os efeitos da contração do crédito internacional e da retração do mercado externo não deixaram impune a economia brasileira.

Em um primeiro momento, a crise chegou ao mercado de capitais, invertendo a forte tendência de alta observada nas bolsas brasileiras durante o primeiro semestre de 2008. Nesse ano, o índice da Bolsa de Valores de São Paulo atingiu seu ápice no mês de maio, com 73,5 mil pts., e, logo após, iniciou uma trajetória de queda brusca e ininterrupta até chegar em 29,4 mil pts já no mês de outubro, representando uma desvalorização nunca vista no mercado brasileiro de ações, da ordem de 60%, em apenas cinco meses.

Na esfera da economia real, a evolução do Produto Interno Bruto – PIB mostra bem a cronologia e a intensidade do impacto da crise sobre a atividade econômica do País. Até o terceiro trimestre de 2008, o produto interno aumentava em ritmo bastante acelerado. Em relação aos trimestres imediatamente anteriores, as taxas de crescimento real foram de 5,3% no segundo trimestre e de 2,4% no terceiro. Ainda nesse terceiro trimestre, a comparação com o acumulado no período dos doze meses anteriores exibiu uma taxa bastante elevada de 6,6% (tabela I).

TABELA I - EVOLUÇÃO DO PIB TRIMESTRAL - VARIAÇÃO % REAL
2º Trim. 2008 a 4º Trim. 2009

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	2008			2009			
	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Trim	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Últimos 12 meses	6,4	6,6	5,1	3,0	1,0	-1,0	-0,2
Trimestre / Trimestre anterior	5,3	2,4	-4,9	-4,5	5,9	2,8	0,4

Fonte: IBGE / BACEN

Porém, o resultado apurado no quarto trimestre de 2008 finalmente acusou o golpe desferido pela crise que já era presente nos Países desenvolvidos há pelo menos um ano. O nível da atividade econômica reduziu-se bruscamente em nada menos que

4,9% nos três últimos meses de 2008 e permaneceu em forte queda nos três primeiros meses de 2009, quando decaiu em mais 4,5%, segundo os dados do IBGE.

Pode-se dizer, no entanto, que — de modo inverso ao observado nos Países desenvolvidos — a reação da economia brasileira se deu praticamente na mesma intensidade do choque provocado pela crise. Já no segundo trimestre de 2009, a produção interna elevou-se em 5,9% sobre o trimestre anterior, seguindo-se aumentos de 2,8% e 0,4%, respectivamente, no terceiro e quarto trimestres. Essa reação, por seu turno, não foi suficiente para produzir um resultado anual positivo. No acumulado do ano, a variação real do PIB em 2009 foi negativa em -0,2% em relação a 2008, o que, na prática, pode ser considerado um resultado equivalente à estagnação da atividade econômica. Em face dessa estagnação e de um crescimento populacional estimado em 0,99% em 2009, a renda per capita do brasileiro, medida em relação ao produto interno, sofreu uma queda da ordem de -1,6% nesse ano.

Os setores de atividade mais atingidos pela crise foram a indústria, em primeiro lugar, seguida da agricultura (tabela II). No caso da agricultura, a retração em 2009 (-5,2%) está bastante relacionada com a queda das exportações, em razão do declínio da demanda no mercado externo. No caso da indústria, seus dois segmentos mais importantes — o da indústria de transformação e o da construção civil — sofreram os impactos mais acentuados entre as atividades produtivas (-7,0% e -6,3%, respectivamente). Ambos os segmentos possuem maior sensibilidade à disponibilidade de crédito e maior dependência de expectativas positivas na economia para viabilizar novos investimentos. O cenário de incerteza semeado pela crise certamente adiou o início de diversos projetos habitacionais, dada a insegurança quanto à disponibilidade de crédito para financiamentos de longo prazo.

De modo geral, as atividades que mais dependem da disponibilidade de crédito para crescer sofreram maior impacto no auge da crise. Foi o caso do comércio, que também apresentou desempenho negativo em 2009 (-1,2%), porém com intensidade bem menor, em razão da sustentação do nível de consumo das famílias; o segmento dos serviços de transporte e armazenagem — atividades atreladas à demanda dos setores produtores ou revendedores de mercadorias — acompanhou a tendência de queda (-2,3%) verificada no comércio, indústria e agricultura.

Afora comércio e transportes, as demais atividades terciárias apresentaram desempenho positivo e, em alguns casos, até mesmo superior ao de 2008. Ao contrário do observado para o conjunto da atividade produtiva, a economia brasileira vista pela ótica do consumo não sofreu retração em 2009. O crescimento da despesa realizada tanto pelas famílias (4,1%), quanto pela administração pública (3,7%), foi fator fundamental para a retomada do ritmo de expansão. Este fator, concomitante à queda das exportações (-10,3%) e importações (-11,4%), veio demonstrar que o mercado interno brasileiro

encontra-se hoje em condições de prover, em boa medida, um crescimento auto-sustentado do País.

**TABELA II - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB POR ATIVIDADE
ECONÔMICA – 2008 / 2009 – Em %**

Setor de atividade	2008	2009
Agropecuária	5,7	(-) 5,2
Indústria	4,4	(-) 5,5
Extrativa mineral	4,9	(-) 0,2
Transformação	3,2	(-) 7,0
Construção civil	8,2	(-) 6,3
Prod. e distrib.de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,8	(-) 2,4
Serviços	4,8	2,6
Comércio	6,1	(-) 1,2
Transporte, armazenagem e correio	3,4	(-) 2,3
Serviços de informação	8,9	4,9
Interm. financ, seguros, prev. complem. e serv. relacionados	13,0	6,5
Outros serviços	4,2	5,1
Atividades imobiliárias e aluguéis	1,6	1,4
Adm., saúde e educação públicas	1,5	3,2
PIB a preços de mercado (var % real)	5,1	(-) 0,2
População (var %)	1,05	0,99
Renda per capita (var % real)	4,0	-1,2
Despesa de consumo das famílias	7,0	4,1
Despesa de consumo da adm. pública	1,6	3,7
Formação bruta de capital fixo (Var %)	13,4	(-) 9,9
Formação bruta de capital fixo (% do PIB)	18,6	16,6
Exportação de bens e serviços	(-) 0,6	(-) 10,3
Importação de bens e serviços	18	(-) 11,4
Saldo da Balança Comercial (em R\$ bilhões)	24,8	24,7

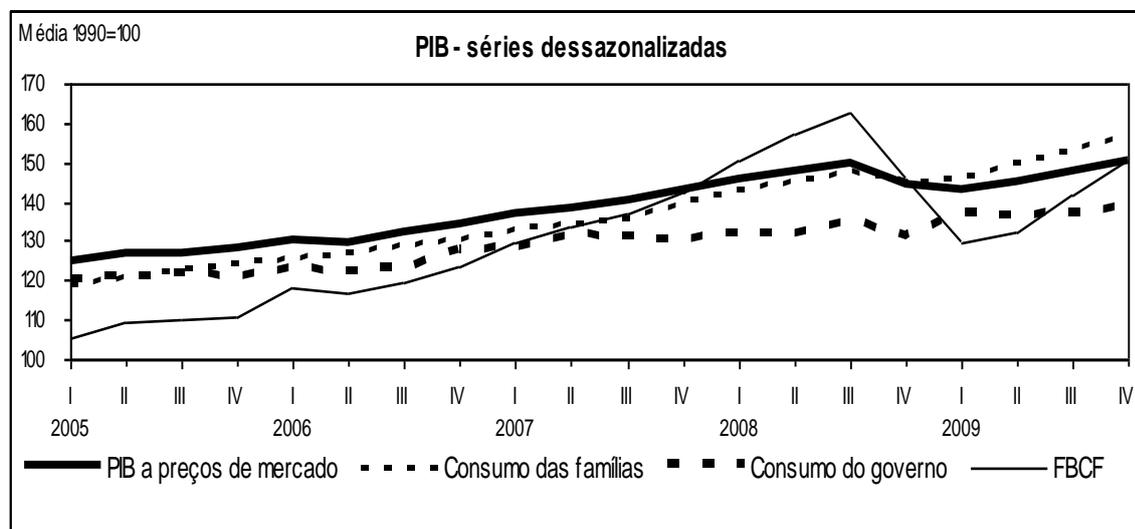
Fonte: IBGE

O saldo da balança comercial em 2009 ficou estável em torno de R\$ 24 bilhões, após ter se reduzido pela metade já no ano anterior, como reflexo da contração do mercado externo. A taxa de investimento na economia, representada pela Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF, decaiu em -9,9% no ano. Com isso, a proporção dos investimentos em relação ao PIB passou de 18,6%, em 2008, para 16,6%, em 2009. Fruto das incertezas reinantes num ambiente de crise, em razão da qual os agentes privados preferem a cautela, esta queda na taxa de investimento reflete um dos efeitos mais negativos da crise, pois significa adiar o potencial de crescimento futuro.

O gráfico I abaixo mostra, visualmente, a forte inflexão sofrida pelos principais fatores de expansão da atividade, ocorrida a partir do quarto trimestre de 2008 até o fim do primeiro trimestre de 2009, seguindo-se a fase de recuperação por todo o restante do ano. Pode-se visualizar o fato de que o consumo das famílias e do governo sofreu um impacto menor que o verificado na atividade de produção de mercadorias, o

PIB, enquanto que o impacto observado no volume de investimento, a FBCF, foi bem mais intenso.

GRÁFICO I
EVOLUÇÃO DO PIB, SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO, DO CONSUMO E DO INVESTIMENTO



O principal fator de sustentação do poder de consumo das famílias foi o desempenho do mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE, em 2008, apesar da forte retração econômica no último trimestre do ano, o número de pessoas ocupadas nas seis principais regiões metropolitanas do País aumentou em 3,4% em relação ao ano anterior. A esse crescimento somou-se uma elevação de 3,9% no rendimento médio real dos trabalhadores, o que resultou num salto da massa de rendimentos da ordem de 7,4%. Em 2009, os resultados, embora mais modestos, podem ser considerados surpreendentes, levando-se em conta o ambiente de crise. O nível de ocupação nas principais regiões metropolitanas foi positivo em apenas 0,7%, mas os rendimentos reais, em média, elevaram-se em 2,4%, o que proporcionou um acréscimo real de 3,1% na massa de rendimentos. Esse fator foi fundamental para manter o consumo das famílias em expansão ao longo do ano.

Além dos rendimentos do trabalho, três outros fatores foram decisivos para que o mercado interno alavancasse a recuperação do nível de atividade econômica. Em primeiro lugar, a decisão dos empresários de não promover demissões em massa quando dos primeiros sinais da crise. De modo geral, as empresas industriais e as firmas de construção, os segmentos mais afetados pela crise, apostaram na recuperação e mantiveram seus quadros de funcionários permanentes durante o período de maior impacto negativo. Com isso, o nível de demanda foi mantido e a própria confiança dos consumidores não foi tão abalada. Com a manutenção do nível de emprego no período de queda da atividade e a recuperação ocorrida no momento seguinte, os saldos de emprego ao final do ano apresentaram resultados positivos: na indústria de transformação, o estoque de emprego aumentou em 1,7% e, na construção civil, em 11,9%, significando

uma recuperação vertiginosa; no geral, o setor formal do mercado de trabalho apresentou um crescimento anual de 3,6% em 2009 (tabela V).

Em segundo lugar, a concessão de incentivos fiscais, sobretudo no âmbito do Governo Federal, com a redução do IPI sobre bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos da “linha branca”) e materiais de construção, teve papel proeminente: segundo analistas de mercado, além da redução no preço do bem, o fator psicológico em relação à oportunidade de sua aquisição atuou como estímulo ao consumo. No segmento automotivo, embora a produção anual tenha se reduzido em -1,0%, o volume de vendas em 2009 foi recorde, mesmo com uma retração de 40,5% nas exportações — no mercado interno, o número de veículos licenciados aumentou em 11,4% (fonte: ANFAVEA).

Por fim, não menos importantes para o enfrentamento da crise foram as medidas de incentivo ao crédito. No âmbito do Banco do Central, foram flexibilizadas diversas regras relacionadas ao depósito compulsório, implicando maior disponibilidade de recursos para empréstimo nos bancos comerciais; a taxa básica de juro da economia (Selic) baixou para 8,65%, desde o mês de agosto, e a taxa de longo prazo (TJLP) para 6,0%, desde o mês de julho. Além disso, foram acionados diversos dispositivos visando favorecer segmentos específicos da economia. Entre esses, a ampliação do crédito para micro e pequenas empresas por parte do Banco do Brasil; a criação pelo governo do sistema de garantias, com a finalidade de aumentar os recursos para bancos pequenos e médios; a ampliação do limite de empréstimo consignado para aposentados pelo Conselho Nacional de Previdência Social; entre outros.

Assim, o enfrentamento da crise se deu por meio de um conjunto de fatores, os quais só foram possíveis em razão de que os fundamentos da economia se encontram hoje bem equacionados, notadamente quanto às finanças públicas. Pela primeira vez, o País pôde enfrentar uma crise externa utilizando instrumentos anticíclicos, tais como a renúncia fiscal e a baixa de taxa de juros, o que antes não era possível, em razão do elevado déficit público e da forte dependência de capitais externos.

No entanto, os resultados das contas públicas em 2009 não deixaram de causar certo retrocesso, como consequência dos efeitos das medidas anticíclicas e do próprio impacto da retração econômica sobre as receitas governamentais. O percentual da dívida pública total sobre o PIB voltou a subir, chegando a 42,4%, aproximando-se dos níveis de 2007; o déficit nominal, cujo saldo inclui as receitas e despesas de natureza financeira, também se elevou para 3,2% do PIB, frente a 2,0% do PIB em 2008; e, de modo inverso, o superávit primário, que caracteriza o saldo de despesas e receitas excluindo-se as de natureza financeira, decaiu para 2,2% do PIB, após situar-se em 3,4% e 3,6% do PIB nos dois anos anteriores (tabela III).

TABELA III - INDICADORES DA GESTÃO FISCAL – BRASIL
— 2007 / 2009 —

INDICADORES (em % do PIB)	2007	2008	2009
Dívida Pública Total	43,9	38,8	42,4
Superávit Primário	3,4	3,6	2,2
Déficit Nominal	2,6	2,0	3,2

Fonte: IPEA Data: Sinopse macroeconômica (diversas fontes)

Esse comportamento das contas públicas da União em 2009 reflete a associação de dois fluxos coadjuvantes: de um lado, o maior incremento da despesa pública, como uma forma deliberada de combate à crise¹, o que fez com que o gasto governamental aumentasse em 3,7%, frente a 1,6% no ano anterior (tabela II); de outro, uma redução considerável na arrecadação das receitas tributárias federais. Para o conjunto dessas receitas, a queda foi de 3,2%, o equivalente a R\$ 16,5 bilhões (tabela IV). Tomando-se o elenco dos tributos federais, constata-se que, com exceção do conjunto “Outros Tributos”, ocorreram reduções em todos os demais. As maiores perdas foram para o conjunto dos impostos, com destaque sobre o de produtos industrializados (IPI, -23,3%, ou -R\$ 9,3 bilhões) e o de rendas e proventos (IR, -1,9%, ou -R\$ 3,8 bilhões). No conjunto das contribuições, destacaram-se as perdas de arrecadação da COFINS (-4,0%, ou -R\$ 4,9 bilhões) e da CIDE (-21,2%, ou -R\$ 1,3 bilhões).

TABELA IV - ARRECADAÇÃO BRUTA RECEITAS TRIBUTÁRIAS FEDERAIS
Regime de competência - Fim de período - 2007 / 2009 - Em R\$ milhões (1)

ANO	IR	IPI	IOF	Cofins	CSLL	PIS	impor tação	CPMF	CIDE	Outros	Total
2007	180.375	38.056	8.816	115.757	38.865	30.194	13.789	41.078	8.945	29.488	505.362
2008	194.462	39.937	20.583	122.318	44.624	32.000	17.404	1.212	6.117	33.266	511.923
2009	190.692	30.620	19.161	117.393	44.021	31.618	16.018	285	4.817	40.800	495.426
VARIAÇÃO ABSOLUTA											
2008	14.088	1.881	11.767	6.561	5.759	1.806	3.615	-39.866	-2.828	3.779	6.561
2009	-3.770	-9.317	-1.422	-4.925	-603	-381	-1.386	-927	-1.300	7.533	-16.497
VARIAÇÃO %											
2008	7,8	4,9	133,5	5,7	14,8	6,0	26,2	-97,0	-31,6	12,8	1,3
2009	-1,9	-23,3	-6,9	-4,0	-1,4	-1,2	-8,0	-76,5	-21,2	22,6	-3,2

(1) A preços de fevereiro de 2010 (IGP-DI)

Fonte: Secretaria da Receita Federal / elaboração Banco Central do Brasil

Encerrando esta seção sobre a conjuntura econômica nacional, é importante destacar dois aspectos que se refletiram no desempenho das economias e das contas públicas estaduais e municipais. O primeiro é o fato de que os esforços do Governo Federal para a recuperação da atividade econômica, por tratar-se de medidas abrangentes

¹ Em 15 de abril, o governo anunciou que iria reduzir o aperto fiscal deste ano ao menor patamar desde o início do programa de contenção da dívida pública, há dez anos. O objetivo anunciado era o de ter mais dinheiro para investir em momentos de crise, uma vez que a arrecadação de impostos caiu com as desonerações fiscais anunciadas.

e direcionadas a todo o território nacional, beneficiaram, em princípio, todas as conjunturas regionais e locais do País. O segundo, é que, independente da vontade e decisão dos demais entes da federação, a União impôs aos estados e municípios a repartição dos custos das medidas anticíclicas, pela via da redução das transferências constitucionais. Além do encolhimento involuntário de suas receitas por efeito da retração da atividade econômica, a União também promoveu uma redução decorrente dos incentivos fiscais, a maior parte deles incidente sobre os impostos que formam a base dos Fundos de Participação de Estados e Municípios — o FPE e o FPM.

2 O CONTEXTO DISTRITAL

Primeiramente, devemos esclarecer que não há dados consolidados sobre o levantamento do Produto Interno Bruto do Distrito Federal para o ano de 2009, já que tais informações, no âmbito do sistema de contas regionais coordenado pelo IBGE, possuem hoje uma defasagem de dois anos. Entretanto, dispõe-se de um conjunto de dados sobre a conjuntura local que permitem uma análise profícua do comportamento de sua economia. Antes, porém, é importante que se tenha em mente as características estruturais que tornam o comportamento da economia local bastante singular, se comparado ao observado na esfera nacional.

Como já comentado em análises anteriores, o Distrito Federal se distingue, de um lado, por possuir uma indústria de transformação bastante tímida (1,5% do PIB e 4,2% do emprego formal) e uma atividade agropecuária quase insignificante (0,3% do PIB). Por outro lado, detém uma participação bem mais elevada da administração pública (54% do PIB e 40% do emprego formal) e dos serviços de intermediação financeira (10% do PIB), em decorrência de sediar a matriz de grandes bancos governamentais (BB e CEF) e de grandes seguradoras e fundos de pensão. Assim, o setor terciário possui uma presença quase absoluta na economia local (93,2% do PIB).

Em consequência dessas características, essa economia tende a apresentar um comportamento mais estável que o verificado em âmbito nacional. Por isso, em períodos marcados por forte aceleração da atividade econômica no País, normalmente impulsionados pela atividade industrial, o Distrito Federal deverá acompanhar a tendência, porém com taxas de crescimento menores, seguindo um comportamento típico dos serviços. De modo inverso, em períodos caracterizados por forte retração econômica, que atingem primeiramente os setores produtores e revendedores de mercadorias, o Distrito Federal deve igualmente acompanhar essa tendência, porém suas taxas de crescimento não deverão apresentar reduções bruscas e repentinas, como foi o caso da economia nacional neste ano de 2009.

Fazendo uma análise em paralelo com o comportamento da economia nacional, pode-se inferir que as quedas acentuadas verificadas no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009 certamente não ocorreram na mesma intensidade em âmbito local, vez que foram impulsionadas pela retração das atividades industriais e agropecuárias, segmentos que não influenciam de forma significativa o desempenho da economia distrital como um todo. Já nos trimestres seguintes, caracterizados pela forte recuperação do nível de atividade no País, agora comandada apenas pelos setores industriais, a economia local provavelmente apresentou taxas mais modestas que as observadas em esfera nacional.

Tendo em conta essas particularidades e os possíveis comportamentos das variáveis macroeconômicas chave, tais como juros e crédito, o Núcleo de Contas Regionais da Codeplan, em meados de 2009, propôs os seguintes cenários para o desempenho do PIB-DF em 2009.

QUADRO I - CENÁRIOS PARA A ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL EM 2009

Variáveis	Referência Setembro/08	Cenários		
		Otimista ≈ 3,5%	Básico ≈ 3,2%	Pessimista ≈ 2,6%
Consumo Total	Em valores correntes	↑	→	↓
Nível de emprego	Empregos formais	↗	→	↓
Massa Salarial (Média 2006)	28,7 bilhões	↗	→	↓
Crédito	Volume	↑	↗	↓
Juros	Selic 13,75 a.a %	↘	↓	↗
Câmbio	01/12/2008 R\$/US\$ 2,30	↘	↓	↗

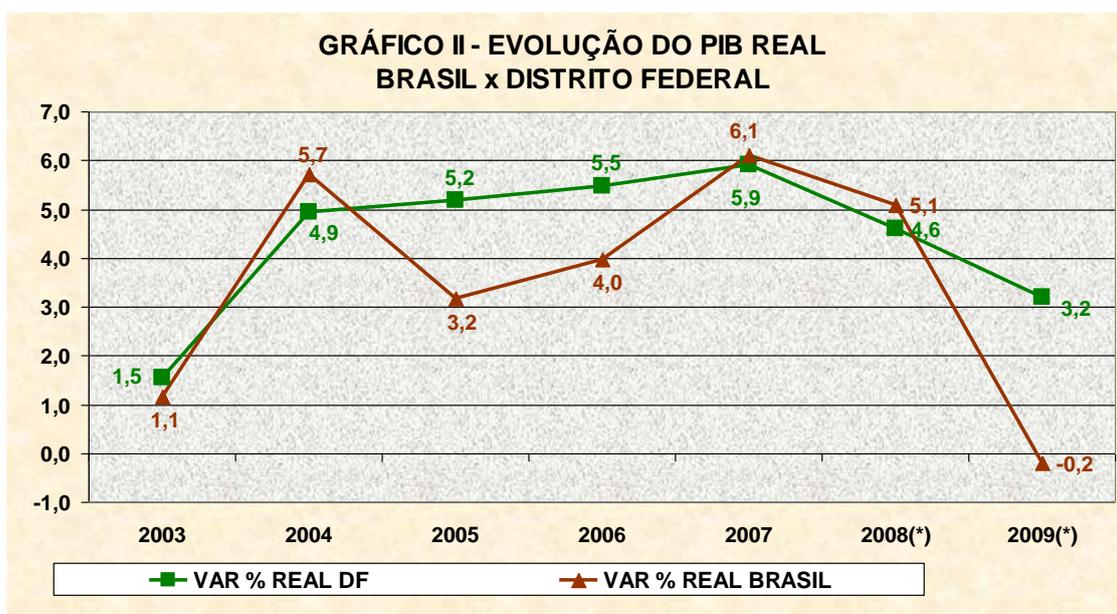
Fonte: Codeplan/PIB; PED/SETRAB/DF; DIEESE/SEADE; IBGE; BACEN

Legenda: estabilidade (→); viés de alta (↗); viés de baixa (↘); queda (↓); alta (↑)

Comparando os cenários propostos com os dados da realidade já verificados hoje, pode-se constatar que o desempenho da economia local esteve mais próximo do “cenário otimista”, pois, como se verá adiante, se confirmaram todas as hipóteses de tendência nele consideradas. No entanto, o fator relacionado à instabilidade política, que marcou a conjuntura local desde o mês de outubro de 2009, provavelmente afetou de forma significativa o desempenho da atividade econômica no último trimestre

do ano. Em razão do impacto desse fator não ter sido considerado no quadro dos cenários antes propostos, pode-se hoje tomar como mais provável um desempenho próximo ao do “cenário básico”, com taxa igual ou pouco abaixo de 3,2%.

Com isso, a comparação das séries históricas do PIB em ambas as esferas de governo pode ser assim visualizada no gráfico abaixo.



Fonte: IBGE / Codeplan

O gráfico mostra que, nos últimos sete anos, a economia do DF tem tido um comportamento mais constante que o verificado para a economia do País e, na média, a taxa de crescimento local ainda supera a obtida em âmbito nacional (4,4% contra 3,6%).

Para uma análise do comportamento setorial de nossa economia pode-se recorrer à evolução do emprego formal, cujas variações refletem, em maior ou menor medida, as flutuações no nível de atividade (tabela V). Pelos dados do Ministério do Trabalho, o estoque de empregos formais no Distrito Federal aumentou em apenas 2,5% em 2009, frente a uma elevação de 3,1% em 2008. O menor crescimento reflete o desaquecimento geral da economia, pois em todos os grandes setores de atividade houve redução na taxa de expansão do emprego formal. Em comparação com o observado no País, o emprego no DF cresceu menos, porém a redução da taxa em relação ao ano anterior foi menor, confirmando a tendência a uma maior estabilidade da economia em âmbito local.

No setor da indústria de transformação, o DF apresentou uma elevação bem superior à do País, fato que provavelmente está relacionado ao pequeno porte das empresas distritais e à sua menor dependência do crédito, tanto no aspecto operacional quanto de mercado. O desempenho da construção civil foi equivalente, pois em ambas as esferas de governo expandiram-se os segmentos de infra-estrutura e de edificações. As

atividades de serviços mantiveram o ritmo de crescimento do ano anterior, seja no DF, seja no País. No setor do comércio, o DF apresentou um desempenho inferior ao do País e uma redução mais acentuada da taxa de crescimento em relação ao ano anterior. O fato aponta para um menor dinamismo desse segmento em âmbito local, tendência que é confirmada pelos dados da Pesquisa Mensal do Comércio Varejista – PMC, realizada pelo IBGE em diversos estados brasileiros.

TABELA V - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL: DF x BRASIL
– MÉDIA MENSAL DO ESTOQUE DE EMPREGO NO ANO –

SETOR DE ATIVIDADE	ANO			VARIÇÃO %	
	2007	2008	2009	2007 / 2008	2008 / 2009
DISTRITO FEDERAL					
INDÚSTRIA	38.088	40.474	42.244	6,3	4,4
CONSTR CIVIL	40.345	46.272	51.447	14,7	11,2
COMÉRCIO	135.822	141.590	144.605	4,2	2,1
SERVIÇOS	737.976	752.981	767.845	2,0	2,0
TOTAL	952.231	981.317	1.006.141	3,1	2,5
BRASIL					
INDÚSTRIA	7.287.682	7.714.818	7.848.754	5,9	1,7
CONSTR CIVIL	1.552.147	1.807.491	2.023.176	16,5	11,9
COMÉRCIO	6.636.054	7.062.244	7.371.569	6,4	4,4
SERVIÇOS	19.812.012	20.510.932	21.199.808	3,5	3,4
TOTAL	35.287.895	37.095.485	38.443.307	5,1	3,6

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desligados - CAGED/Ministério do Trabalho - MTE

A pesquisa levanta o volume de vendas mensais para dez segmentos do comércio varejista. Conforme a metodologia da pesquisa, a fonte das informações são as próprias empresas do setor e a variável investigada é a receita bruta obtida com a revenda de mercadorias. O desempenho do DF nesse contexto, de fato, tem sido insatisfatório. Olhando para o índice global da pesquisa, que reflete o desempenho por meio da soma de todos os segmentos pesquisados, o DF apresentou o menor índice de crescimento em 2008 e 2009 (tabela VI). Especialmente em 2008, o índice alcançado foi extremamente baixo: apenas 0,7% frente a uma média nacional de 9,9%; nesse ano, entre as demais onze principais unidades da federação, o menor índice alcançado foi 6,0% (Paraná e Santa Catarina). Esse resultado no DF em 2008 deve-se em boa medida à influencia da queda verificada nas vendas do segmento automotivo (-4,9%), que possui forte participação no índice global. Em 2009, o índice global do DF passou a 3,1%, impulsionado justamente pela recuperação nas vendas de automóveis (8,6%). Porém, ainda assim, o DF permaneceu com o menor desempenho entre os principais estados da federação.

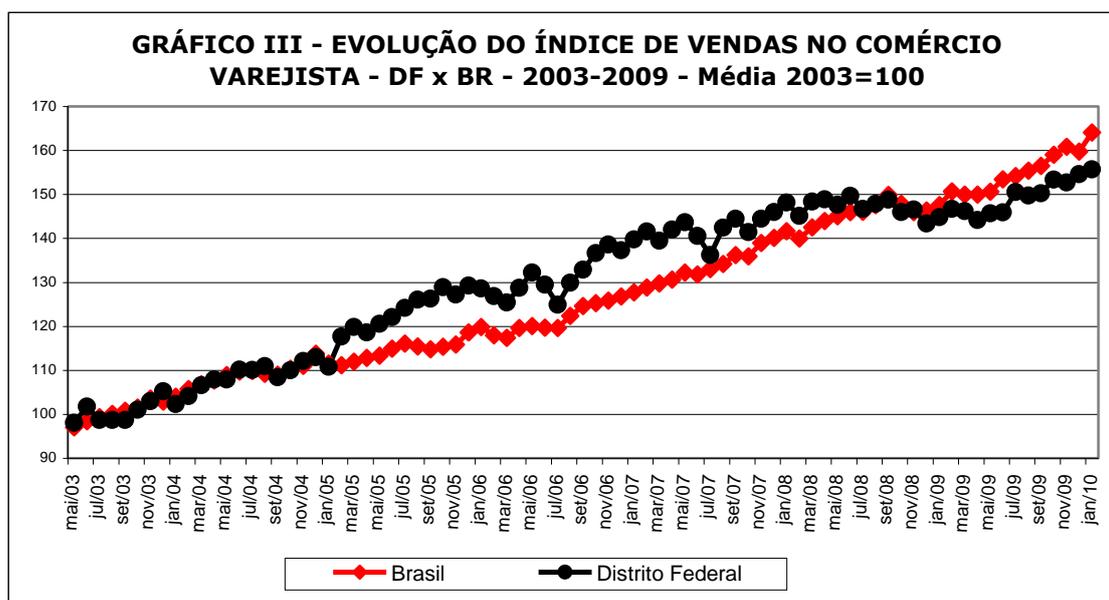
TABELA VI – ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA
Varição acumulada de 12 meses (Percentual)
Brasil, Distrito Federal e Unidades da Federação Escolhidas

Brasil e Unidade da Federação	Ano	Índice Global	Atividades									
			Combustíveis e lubrificantes	Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	Tecidos, vestuário e calçados	Móveis e eletro domésticos	Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	Livros, jornais, revistas e papelaria	Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	veículos, motos, partes e peças	materiais de construção	Outros artigos de uso pessoal e doméstico
Brasil	2008	9,9	9,3	5,5	4,8	15,1	13,3	11,1	33,5	11,9	7,8	15,6
	2009	6,9	0,8	8,4	-2,7	2,1	11,8	9,6	10,6	11,1	-6,6	8,4
Distrito Federal	2008	0,7	2,4	-2,6	1,4	11,8	18,6	20,6	26,8	-4,9	2,9	7,8
	2009	3,1	0,6	0,8	1,4	-2,1	2,7	12,0	3,3	8,6	-6,5	5,6
Goiás	2008	14,0	21,7	-3,3	1,7	19,2	17,5	-5,0	20,7	21,6	7,8	22,9
	2009	6,0	-4,2	8,9	1,5	1,4	12,2	0,8	3,4	9,4	-9,6	21,0
Ceará	2008	11,5	17,8	1,8	4,1	10,3	5,9	14,4	39,8	18,4	15,2	13,1
	2009	10,3	10,0	14,4	-0,3	9,8	4,5	7,7	8,2	14,7	-4,6	10,7
Pernambuco	2008	6,3	10,2	8,1	-4,0	14,2	-6,7	2,5	-12,1	4,4	13,0	10,6
	2009	7,3	9,4	6,5	2,7	0,4	9,5	7,6	8,9	12,8	-2,4	4,2
Bahia	2008	8,9	11,3	2,1	-2,5	16,3	11,6	23,6	8,8	11,5	10,2	25,1
	2009	7,3	1,2	8,5	2,2	5,6	9,6	15,8	-18,3	10,0	-3,2	30,6
Minas Gerais	2008	9,1	12,7	2,6	4,2	14,2	13,9	17,4	30,1	12,9	7,1	12,6
	2009	6,7	2,2	6,0	0,3	-2,0	12,7	8,7	21,0	11,7	3,4	14,0
Espírito Santo	2008	17,2	10,5	3,5	13,8	25,4	25,9	16,5	48,2	30,7	1,6	5,0
	2009	6,8	-2,8	-1,4	-9,6	8,2	14,0	0,2	9,2	16,7	-5,3	-15,0
Rio de Janeiro	2008	7,3	9,5	4,5	2,6	11,9	11,1	3,8	35,8	6,4	6,6	13,5
	2009	6,1	-1,8	6,8	-11,8	6,8	10,1	4,0	18,4	8,1	0,4	11,5
São Paulo	2008	11,4	13,6	8,9	10,0	19,6	15,8	11,8	29,8	10,2	7,4	19,1
	2009	7,9	1,6	11,3	-3,3	1,7	10,2	10,6	-0,6	11,9	-8,3	6,6
Paraná	2008	9,8	2,3	3,8	4,5	9,9	13,8	13,6	99,0	16,0	2,5	17,7
	2009	6,0	-1,1	4,4	-0,6	0,4	23,4	9,8	59,3	11,1	-14,0	10,9
Santa Catarina	2008	9,9	3,7	2,7	3,8	10,0	22,8	16,6	109,7	16,8	7,5	14,2
	2009	6,0	2,4	6,6	4,4	4,7	23,6	8,7	66,0	6,4	-2,5	1,0
Rio Grande do Sul	2008	9,6	7,2	3,3	1,0	12,2	12,6	10,1	21,7	16,2	13,6	4,9
	2009	4,6	-6,3	2,3	-0,5	4,6	11,7	19,2	17,0	12,8	-13,5	8,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Comparando-se o desempenho do DF com a média nacional em 2009, constata-se que ele supera ou alcança essa média em apenas três segmentos: tecidos, vestuário e calçados (1,4% contra -2,7%); livros, jornais e revistas (12,0% contra 9,6%), revelando uma preferência de consumo marcante do brasiliense; e materiais de construção (-6,5% contra -6,6%), no qual ambos os desempenhos foram negativos. Atente-se para o fato de que a queda nas vendas de materiais de construção no âmbito do varejo revela que a expansão do PIB e do emprego no setor da construção civil, antes comentada, ocorreu de forma concentrada no segmento das grandes construtoras, cujas compras são feitas no atacado.

De fato, a evolução do comércio varejista no DF em 2009 apresenta uma inflexão se comparada aos últimos dois anos. Como mostra o gráfico III, de 2003 a 2004, o índice de vendas no DF acompanhava de perto a média nacional. A partir de fevereiro de 2005, o desempenho do DF passa a situar-se em patamar superior à média brasileira, posição que perdura até o mês de julho de 2008, quando volta a alinhar-se a média nacional para, em seguida, situar-se abaixo dela, posição que vem sendo mantida até o presente. Essa situação deve merecer uma análise mais acurada, a fim de melhor identificar as razões desse comportamento pouco dinâmico do comércio varejista no DF.



Fonte: IBGE

Quanto ao nível de preços, o DF tem apresentado um comportamento diferenciado entre o IPCA, que mede a inflação para a faixa de renda de até 40 salários mínimos, e o INPC, que abrange a faixa de até oito salários mínimos. No universo do primeiro, a inflação no DF ficou próxima à média brasileira em 2007 (4,6% e 4,5%, respectivamente); apresentou o menor índice em 2008, juntamente com a cidade de Salvador (5,2%); e, em 2009, chegou a ter o maior índice entre as dez capitais pesquisadas pelo IBGE (4,9%) — tabela VII.

TABELA VI - IPCA - ÍNDICE GERAL ACUMULADO NO ANO
Variação % – 2007 / 2009

Região Metropolitana	2007	2008	2009
Brasília - DF	4,6	5,2	4,9
Belo Horizonte - MG	5,9	5,3	4,7
Curitiba - PR	3,5	5,4	4,7
Recife - PE	5,5	7,0	4,6
Belém - PA	7,1	8,0	4,5
São Paulo - SP	3,9	5,6	4,5
Fortaleza - CE	4,2	6,3	4,4
Brasil	4,5	5,9	4,3
Salvador - BA	6,1	5,2	4,0
Rio de Janeiro - RJ	3,8	6,4	3,9
Porto Alegre - RS	3,7	6,6	3,7

Fonte: IBGE

Já no universo do INPC, constata-se que o índice de preços para as faixas de renda mais baixas no DF tem aumentado sistematicamente abaixo da média nacional: situou-se em 4,9% em 2007, contra uma média nacional de 5,2%; elevou-se em para 5,6% em 2008, acompanhando a tendência de alta no País, que fechou o ano com a média de 6,5%; e, em 2009, subiu apenas 3,6%, frente a uma média de 4,1% no País. Ressalte-se que, no ranking do INPC, entre dez capitais pesquisadas, o índice do DF vem demonstrando uma maior estabilidade de preços, pois ocupou a nona e a oitava posição em 2008 e 2009, respectivamente.

TABELA VIII - INPC - ÍNDICE GERAL ACUMULADO NO ANO
Variação % – 2007 / 2009

Região Metropolitana	2007	2008	2009
São Paulo - SP	4,0	6,4	4,7
Curitiba - PR	3,8	5,9	4,7
Belém - PA	8,2	8,4	4,5
Recife - PE	5,3	7,6	4,4
Fortaleza - CE	4,6	6,5	4,3
Brasil	5,2	6,5	4,1
Salvador - BA	7,1	5,9	4,0
Belo Horizonte - MG	7,1	4,9	3,9
Brasília - DF	4,9	5,6	3,6
Rio de Janeiro - RJ	3,9	7,3	3,4
Porto Alegre - RS	4,3	7,0	3,2

Fonte: IBGE

A cesta básica, calculada pelo DIEESE para 18 capitais, teve um custo médio no DF de R\$ 222,22 em 2009, valor este que ocupa a terceira posição no ranking das capitais pesquisadas. Com isso, o trabalhador residente no DF, com remuneração de

um salário mínimo, necessita trabalhar mais horas para adquirir sua alimentação mensal básica que na maioria das demais capitais consideradas na pesquisa (tabela IX). Em 2008, o valor da cesta no DF aumentou em 22%, acima da média nacional. Já em 2009, a tendência geral no custo da cesta básica foi de baixa e, no DF, a queda (-5,9%) foi menor que na média das capitais (-7,7%).

TABELA IX - EVOLUÇÃO DO CUSTO DA CESTA BÁSICA - 2007 – 2009
(a preços de janeiro de 2010)

Capitais	Custo Total (em R\$)			Ranking 2009	VAR %	
	2007	2008	2009		2008/2007	2009/2008
Porto Alegre	212,92	254,86	237,58	1º	19,7	-6,8
São Paulo	214,63	239,49	228,19	2º	11,6	-4,7
Brasília	193,23	236,15	222,22	3º	22,2	-5,9
Vitória	189,51	227,54	219,09	4º	20,1	-3,7
Manaus	-	225,83	215,94	5º	-	-4,4
Belo Horizonte	204,8	230,25	213,97	6º	12,4	-7,1
Rio de Janeiro	194,46	239,78	213,36	7º	23,3	-11,0
Curitiba	187,23	229,39	211,85	8º	22,5	-7,6
Florianópolis	190,83	239,03	210,90	9º	25,3	-11,8
Belém	190,01	199,05	204,32	10º	4,8	2,6
Goiânia	189,34	209,43	190,90	11º	10,6	-8,8
Natal	167,91	212,80	186,05	12º	26,7	-12,6
Salvador	158,71	193,06	183,15	13º	21,6	-5,1
Fortaleza	158,35	197,32	176,96	14º	24,6	-10,3
Recife	155,41	183,61	171,31	15º	18,1	-6,7
João Pessoa	155,09	200,55	170,63	16º	29,3	-14,9
Aracaju	171,16	193,28	169,18	17º	12,9	-12,5
Média	183,35	218,32	201,51	10º e 11º	19,1	-7,7

Fonte: DIEESE

A evolução recente do mercado de trabalho no DF, a exemplo das principais capitais brasileiras, vem cumprindo um ciclo virtuoso, no qual a população ocupada cresce em um ritmo maior do que os segmentos populacionais que pressionam o mercado de trabalho a cada ano (tabela X). Em 2008, o número de ocupados aumentou em significativos 6,1% e a População em Idade Ativa - PIA (formada por todas as pessoas com mais 10 anos), que representa o contingente com potencial para buscar uma vaga no mercado, elevou-se em apenas 3,7%. Já a População Economicamente Ativa – PEA, formada por todos que já ingressaram no mercado e que estejam ou trabalhando (ocupados) ou em busca de trabalho (desempregados), também aumentou em apenas 4,6%. O fato do número de ocupados ter aumentado mais que a PIA e a PEA significa, pois, que o mercado tem sido capaz não só de absorver as novas demandas por trabalho, como também de reduzir o contingente em desemprego. Esse processo cumpre, assim, um ciclo virtuoso, no qual a geração de novos empregos aumenta a demanda local, amplia o mercado consumidor e, por consequência, gera novas oportunidades de trabalho e assim por diante. Com efeito, a taxa de desemprego declinou em -6,2% em 2008 e

baixou ainda mais em -4,8% em 2009, resultado que pode ser considerado bastante satisfatório, notadamente numa conjuntura de retomada da atividade.

TABELA X - PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE
Em mil pessoas — 2007 / 2009

Condição de Atividade	Anos			Variação %	
	2007	2008	2009	2008/2007	2009/2008
População em Idade Ativa	1.977	2.051	2.110	3,7	2,9
População Economicamente Ativa	1.282	1.341	1.378	4,6	2,8
Ocupados	1.055	1.119	1.160	6,1	3,7
Desempregados	226	222	218	-1,8	-1,8
Taxa de Desemprego	17,7	16,6	15,8	-6,2	-4,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF – PED / DIEESE-GDF

Deve ser ressaltado que a redução do desemprego nos últimos dois anos tem sido mais intensa para as regiões metropolitanas de renda mais baixa (grupo 3) e de renda intermediária (grupo 2), do que naquelas de renda mais alta (grupo 1), significando um processo de inclusão social pela via do trabalho — tabela XI. Em 2008, a taxa de desemprego em cidades como Guará, Taguatinga, Sobradinho e outras regiões caracterizadas por uma renda intermediária, apresentaram uma redução na taxa de desemprego de -8,7%. Já naquelas regiões de renda mais baixa, tais como Ceilândia, Samambaia, Santa Maria e outras, a taxa de desemprego reduziu-se em -6,6%, enquanto nas regiões de renda mais alta, como as do Plano Piloto, ocorreu uma elevação do desemprego em 2,2%. Em 2009, todos os grupos apresentaram redução do desemprego, com destaque para as regiões de renda mais baixa (-7,0%).

TABELA XI - TAXA DE DESEMPREGO POR GRUPO DE REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 2006 / 2009 – (DES / PEA %)

Anos	Reg Adm por Grupos de Renda		
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
2006	9,8	17,3	22,3
2007	9,0	16,1	21,3
2008	9,2	14,7	19,9
2009	8,7	14,5	18,5
Variação %			
2006/2007	-8,2	-6,9	-4,5
2007/2008	2,2	-8,7	-6,6
2009/2008	-5,4	-1,4	-7,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF - PED / DIEESE-GDF

A evolução do mercado de trabalho por posição na ocupação mostra que, em 2009, todas as posições apresentaram redução no ritmo de crescimento com relação a 2008, evidenciando os efeitos do desaquecimento da economia. No entanto, os resultados ainda podem ser considerados bastante positivos. O aumento de 3,7% no número total de ocupados, associado à elevação real de 3,8% no rendimento médio, proporcionou uma

expansão de 7,6% na massa de rendimentos do DF, o que, em qualquer conjuntura, significa um bom indicador de crescimento do consumo (tabela XII)

Comparando-se a evolução entre os segmentos de assalariados nos setores público e privado, constata-se uma continuidade da tendência verificada no ano anterior: o número de empregados no setor privado cresce em ritmo mais acelerado que os do setor público, porém estes compensam a diferença no maior crescimento de seus salários, o que resulta numa expansão da massa de rendimentos em taxas praticamente equivalentes, entre 13% e 14 %, em 2008 e entre 9% e 10%, em 2009.

O segmento dos trabalhadores domésticos também apresentou um aumento significativo em seus rendimentos, da ordem de 8,0%, refletindo, possivelmente, certa escassez dessa mão-de-obra no mercado local, já que o contingente nessa categoria sofreu queda pelo segundo ano consecutivo (-2,5% e -2,8%).

**TABELA XII - EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO DF SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
VARIAÇÕES % — 2007 / 2009**

Período	Total Ocupados	Total Assalariados	Setor Privado			Setor Público	Empregado Doméstico	Conta Própria
			Total Setor Privado	Com Carteira	Sem carteira			
Pessoas Ocupadas								
2008/2007	6,1	7,6	9,2	10,3	4,9	4,7	-2,5	4,1
2009/2008	3,7	5,3	6,2	8,1	-1,6	3,3	-2,8	0,8
Rendimento Médio Real								
2008/2007	7,2	5,7	3,6	3,8	0,2	8,9	3,4	6,1
2009/2008	3,8	3,5	3,3	2,9	3,0	5,8	8,0	-0,7
Massa de Rendimentos Reais								
2008/2007	13,7	13,8	13,1	14,5	5,1	13,9	7,6	3,5
2009/2008	7,6	8,9	9,7	11,4	0,8	9,2	9,1	-3,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF - PED / DIEESE-GDF

A categoria dos trabalhadores por conta própria, ao contrário de 2008, não apresentou bom desempenho em 2009: o número de ocupados aumentou em apenas 0,8% e houve queda no rendimento médio, resultando numa diminuição da massa de rendimentos (-3,8%). Esse fato revela que na crise de 2009 o mercado e trabalho exibiu um comportamento inverso ao observado em crises anteriores, nas quais os segmentos informais serviam como “colchão” de amortecimento para o desemprego no setor formal, representado pelos segmentos considerados mais “modernos” e “dinâmicos” da economia. Em 2009, no entanto, foram justamente os segmentos formais, em âmbito público e privado, que comandaram a retomada e expansão do consumo. Assim, é possível que parcela dos trabalhadores autônomos mais qualificados possam ter migrado para o setor formal em 2009, restando na categoria uma maioria de trabalhadores de menor qualificação e menor rendimento.

Finalizando a análise do cenário econômico no DF em 2009, pode-se dizer que, por um lado, a atividade produtiva não ficou imune aos efeitos da crise, já que, não fosse a sua intercorrência, havia potencial para a manutenção das taxas de crescimento verificadas em 2007 e 2008. No entanto, os resultados obtidos não deixaram de ser satisfatórios, mormente pelo fato de ter se mantido a tendência de crescimento de seus principais indicadores de desempenho, tais como o nível geral de atividade econômica, o nível de emprego — com destaque para o setor formal — e a capacidade de consumo da massa de trabalhadores, pela expansão dos rendimentos do trabalho.

A ressalva fica por conta da continuidade à tendência de concentração dos rendimentos no âmbito de um segmento expressivo, porém minoritário, formado pelos trabalhadores do setor público. De 2008 para 2009, o percentual de servidores públicos no total do pessoal ocupado no DF diminuiu em 0,1 pp, passando de 22,4% para 22,3%, enquanto a participação desse segmento no total da massa de rendimentos elevou-se em 0,8 pp, passando de 53,8% para 54,6% (tabela XII). Essa tendência vem em sentido contrário ao processo de desconcentração de renda que vem ocorrendo em todo o País, pelo qual o consumo se expande com maior intensidade entre as classes C e D, constituindo esse um importante fator para o crescimento auto sustentado do País. A maior concentração de renda no DF pode, inclusive, estar contribuindo para um crescimento mais tímido do comércio varejista em âmbito local, como antes constatado.

3 O DESEMPENHO FISCAL

Talvez o impacto mais relevante da crise tenha ocorrido, de fato, sobre as contas públicas, seja para a União, seja para os entes subnacionais. No DF, a arrecadação da receita tributária apresentou uma significativa redução no percentual de crescimento para o conjunto das receitas de competência estadual e municipal, que são cumulativas em âmbito distrital (tabela XIII).

TABELA XIII - EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA (*) NO DF
— 2003 a 2008 - Em R\$ milhões —

ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
VALORES NOMINAIS	3.449,10	4.111,60	4.717,40	5.463,70	5.971,90	6.987,20	7.300,00
VARIAÇÃO %	18,96	19,21	14,73	15,82	9,3	17,00	4,48

Fonte: GDF / SEFP / SIGGO

(*) Inclui apenas receitas de impostos e exclui receitas de taxas e derivadas de tributárias.

Durante o período de 2003 a 2008, o menor incremento anual da receita tributária no DF havia sido de 9,3%, no ano de 2007. A taxa de crescimento média nesse período foi de 15,8%. Porém, o crescimento observado em 2009 foi de apenas 4,5%, em

virtude, principalmente, do comportamento das taxas de crescimento do ICMS, do IR e do IPTU. O ICMS aumentou em apenas 1,2%, em 2009, frente a uma média nos últimos cinco anos de 12,5%. O Imposto de Renda sofreu um decréscimo de 0,5%, enquanto sua média nos cinco anos anteriores foi 24,8%. O IPTU aumentou em 7,24%, contra uma média de 13,3% no mesmo período.

Quanto ao Imposto de Renda, cuja base da arrecadação estadual é o salário de seus próprios servidores, a redução é explicada principalmente pela criação, em 2009, de novas faixas de contribuição, o que tornou o imposto bem mais progressivo e provocou uma redução significativa na arrecadação, em comparação com o padrão vigente em 2008.

Já a redução no crescimento do ICMS está relacionada ao desempenho do mercado (tabela XIV). Assim, o aumento de apenas 1,2% em 2009 foi influenciado, sobretudo, pela queda na arrecadação das vendas de derivados do petróleo (combustíveis e lubrificantes) e no conjunto de outros segmentos.

TABELA XIV - ICMS POR SEGMENTO ECONÔMICO - DF - 2008 E 2009
2008 / 2009 — Em R\$ mil

SEGMENTO ECONÔMICO	2008	2009	VAR %	VAR ABS
COMÉRCIO ATACADISTA	747.912	784.450	4,9	36.538
COMÉRCIO VAREJISTA	471.913	506.291	7,3	34.378
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	28.289	27.597	-2,4	-692
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	705.708	735.077	4,2	29.369
ENERGIA ELÉTRICA	289.869	300.011	3,5	10.142
PETRÓLEO	923.667	900.503	-2,5	-23.164
OUTROS SEGMENTOS	781.704	741.107	-5,2	-40.597
TOTAL	3.949.062	3.995.036	1,2	45.974

Fonte: CONFAZ

A arrecadação no âmbito do comércio atacadista e varejista apresentou um bom desempenho em 2009, se comparado ao desempenho dos demais segmentos. Porém, se considerarmos as baixas taxas de crescimento no volume de vendas do comércio varejista do DF, quando comparadas às principais unidades da federação, pode-se inferir que há espaço para a melhoria da arrecadação do ICMS nesse segmento, caso sejam tomadas medidas de incentivo à sua expansão.

As receitas oriundas das transferências constitucionais da União também sofreram restrições. Como mostra a tabela XV, o total dessas transferências em 2009 decaiu em 8,2%, o equivalente a R\$ 37,8 milhões. Embora tenham ocorrido quedas em todas as fontes de transferência, a redução foi mais significativa naquelas receitas sobre as quais incidiram os incentivos fiscais destinados à retomada do crescimento no País. Assim, a redução dos valores repassados pelo FPE e FPM, em conjunto somou R\$19,5

milhões. A redução nos valores relacionados à transferência dos recursos arrecadados pela CIDE também foi significativa, da ordem de R\$ 8,8 milhões.

TABELA XV - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA O DF - 2008/2009
(Em R\$)

FUNDO	2008	2009	VAR ABS	VAR %
FPE	264.695.099	249.896.652	-14.798.447	-5,6
IPI-EXP	2.318.571	2.245.356	-73.215	-3,2
FUNDEB	77.841.755	76.203.108	-1.638.647	-2,1
LC 87/96 (Lei Kandir)	12.895.795	12.632.100	-263.695	-2,0
CIDE	22.462.098	13.691.640	-8.770.458	-39,0
FEX	7.180.160	0	-7.180.160	-100,0
FPM	70.026.306	65.318.386	-4.707.920	-6,7
ITR	714.096	354.594	-359.502	-50,3
TOTAL	458.133.880	420.341.836	-37.792.044	-8,2

Fonte: STN

Quanto ao Fundo Constitucional do DF - FCDF, o impacto negativo dar-se-á somente em 2010, quando o montante a ser repassado terá por base de cálculo a arrecadação de 2009. Como demonstrado na seção dedicada à conjuntura nacional, a queda na arrecadação dos tributos federais não foi desprezível e, certamente, impactou a composição da Receita Corrente Líquida, sobre a qual são deduzidos os recursos do FCDF. Por esse motivo, a receita oriunda do Fundo em 2010 aumentará em apenas 1,1% (tabela XVI).

TABELA XVI - PREVISÃO PARA O FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF
— VALORES AUTORIZADOS - Em R\$ milhões —

ANO	2009	2010	VAR %
VALORES NOMINAIS	7.604,50	7.685,58	1,1

Fonte: GDF / SEFP / SIGGO

Tal como verificado na esfera federal, ainda que em proporções diferentes, no âmbito do DF o aumento das despesas totais (16%) também foi maior que o acréscimo da receita total (3,7%). No entanto, no caso do DF, este desequilíbrio não gerou conseqüências negativas, vez as despesas excedentes em 2009 foram integralmente cobertas pela disponibilidade de caixa acumulada nos dois anos anteriores².

4 CONCLUSÃO

Da análise do Cenário Macroeconômico do DF para 2009 pode-se concluir que os esforços de combate à crise foram bastante exitosos em âmbito distrital, vez que impediram o comprometimento dos níveis da demanda local e mantiveram a economia

² Ver Relatório de Cumprimento de Metas Fiscais do Distrito Federal e de Gestão Fiscal do Poder Executivo – 3º Quadrimestre.

em crescimento. Assim, a rentabilidade nos diversos segmentos da economia, bem como o poder de consumo das famílias, puderam ser preservados.

Entretanto, o custo desses esforços para o equilíbrio das contas públicas não deixou de afetar os padrões da gestão fiscal no âmbito do Governo do Distrito Federal, seja pelo menor crescimento da arrecadação, decorrente da retração no ritmo da atividade econômica, seja pela renúncia fiscal promovida pelo governo federal e a posterior repartição de seus custos, por meio da redução no montante das transferências constitucionais destinadas a estados e municípios.

No caso específico do DF, o custo derivado dessa renúncia fiscal ainda terá seus reflexos em 2010, em razão do menor crescimento do seu Fundo Constitucional, em comparação aos exercícios anteriores.

De qualquer modo, o ano de 2009 tende a figurar como um marco para a gestão pública nas três esferas de governo, como o período em que o País enfrentou uma crise internacional utilizando-se apenas de seus próprios recursos.